



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Inscrições

Parabéns! Sua inscrição foi registrada com sucesso!

Apresentadores de trabalho

Caso você tenha escrito seu trabalho como "Co-autoria" por favor, anote o código do trabalho abaixo e envie para que os demais co-autores possam realizar a sua inscrição corretamente:

Código do trabalho: 7197250

Pagamento

Atenção:

Para que a sua inscrição seja efetivada, você deve imprimir e pagar o nosso [boleto de inscrição](#).

Área do inscrito

Uma mensagem de confirmação foi enviada para o seu endereço de e-mail. Junto à essa mensagem estão seus dados de acesso à "Área do inscrito", onde você pode acompanhar o andamento de sua inscrição.

[Retornar à página inicial](#)

Resumo: As cooperativas e associações de trabalho foram criadas no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma das formas de gerar trabalho e renda aos sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Este artigo está vinculado a uma pesquisa que teve como objetivo analisar a organização do processo de trabalho e gestão coletiva desenvolvidos em três cooperativas e uma associação, existentes no Rio Grande do Sul, mais especificamente no Vale do Rio Pardo. Com a efetivação deste estudo qualitativo e respaldado no método dialético-crítico, procurou-se analisar quatro empreendimentos inseridos no meio urbano da mencionada região. Pode-se verificar que num primeiro momento, é a possibilidade de gerar trabalho e renda que ocasiona a inserção dos trabalhadores nesses empreendimentos coletivos. Existem, entretanto, outras características importantes na constituição dessas experiências e de seus processos de trabalho. Os integrantes das cooperativas e/ou associação podem elaborar as suas próprias regras de normatização da produção e de gestão dos empreendimentos. Merece referência também, o processo de participação dos sujeitos nas decisões e nas atividades que desenvolvem, possibilitando que esses empreendimentos se tornem autogestionários – com exceção de uma cooperativa –, bem como o rodízio das atividades efetuadas pelos trabalhadores nos processos de trabalho. Para o desenvolvimento desses empreendimentos, faz-se necessário, no entanto, o incentivo do poder público, mediante políticas públicas que financiem e assessorem essas experiências.

Palavras-chave: Reestruturação do Capital – Economia Popular Solidária – Gestão Coletiva - Processos de Trabalho.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PROCESSO DE GESTÃO EM EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL¹

Caroline Goerck²

Sheila kocourek³

Introdução

Com a III Revolução Industrial (reestruturação do capital), desenvolvida por meio da robótica, automação e micro-eletrônica, cria-se uma massa de trabalhadores – considerados “sobrantes” pelo capital –, o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente a esta realidade ocorre o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas sociais públicas, implicando na perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora.

O capitalismo tem como finalidade a acumulação de capital e com a força de trabalho tida pelo capitalismo como mercadoria, o trabalho que vem sendo realizado pelos sujeitos comumente não está sendo constituído pela auto-realização e identificação dos trabalhadores, diante dos processos de produção (ANTUNES, 2003). Frente a esta realidade, no final do século XX e limiar do século XXI, emergem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores.

Esses empreendimentos cooperativistas e/ou associativistas, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho e, comumente, são apoiados por instituições sociais – igreja, universidades, sindicatos, entre outros –, governamentais e incubadoras universitárias. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social, ocasionado pela reestruturação produtiva. É manifestada por

¹ Este artigo é originado de uma pesquisa realizada por meio do apoio do CNPq e da CAPES.

² Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS; Professora e Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – Ufsm. Fone 51 99082769 / E-mail: carolinegoerck@yahoo.com.br.

³ Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS; Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – Ufsm.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses sujeitos.

O trabalho realizado nesses empreendimentos coletivos, possivelmente agrega princípios que potencializam os processos de trabalho desenvolvidos por estes trabalhadores, aspectos esses normalmente não proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista (SINGER, 2000). Os elementos que constituem o processo de trabalho nas experiências de Economia Popular Solidária são representados pela ajuda mútua, solidariedade, igualdade, participação, democracia, autogestão, entre outros. Devido a essas características, os sujeitos contam com a possibilidade de elaborar as suas próprias regras de gestão e sistematização do trabalho.

Este artigo possui como intencionalidade analisar o processo de gestão coletiva que vem sendo desenvolvido em experiências de Economia Popular Solidária. Pretende-se aprofundar aspectos inerentes à organização e sistematização dos processos de trabalho que envolvem a gestão, em três cooperativas (A, B, C) e uma associação (D)⁴, que integram a Economia Popular Solidária nas zonas urbanas nos municípios do Vale do Rio Pardo, localizado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul.

1. A Gestão Coletiva e a Participação dos Trabalhadores nas Experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo e sua relação com os Princípios do Cooperativismo

Em relação aos objetos de trabalho dos empreendimentos coletivos pesquisados, pode-se averiguar que os mesmos são constituídos pela coleta e seleção de lixo – Associação D e Cooperativa B –, pela confecção de roupas *Jeans* – Cooperativa C – e pelo cuidado de crianças e adolescentes por meio da constituição de uma creche – Cooperativa A. O objeto de trabalho desse último empreendimento é questionável, pois, como “creche” ou desenvolvendo atividades complementares à escola foge das características dos empreendimentos de geração de trabalho e renda. Apesar da importância que envolve as etapas e objetos inclusos no processo de trabalho,

⁴ Substituem-se os nomes das experiências de geração de trabalho e renda pesquisados, com o intuito ético de preservar a identidade das mesmas, bem como dos trabalhadores que participaram da pesquisa.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

entretanto, neste artigo pretende-se aprofundar elementos que estão vinculados ao processo de gestão destes empreendimentos coletivos pesquisados.

A Economia Popular Solidária não se constitui apenas numa das alternativas ao desemprego, geradora de trabalho e renda, pois é por meio do aspecto político e “social o pressuposto e o sentido do econômico” (LEBOUTTE, 2003, p 12). Para o desenvolvimento dessas experiências, faz-se necessário um conjunto de princípios, como os de solidariedade, responsabilidade, respeito ao coletivo e a sua diversidade e o comprometimento dos trabalhadores à cooperativa/associação. Esses princípios de solidariedade, auto-ajuda, comprometimento, devem constituir e permear a organização e a realização das atividades desenvolvidas nos processos de trabalho.

Percebe-se que, além do aspecto econômico, essas experiências possivelmente contribuem com a formação e conscientização desses sujeitos (TIRIBA, 2000), em que os trabalhadores, além de participarem dos processos de produção, adquirem conscientização e se percebem como sujeitos integrantes das experiências, responsabilizando-se pelas atividades que realizam. Quando ocorre o processo de comprometimento, participação e envolvimento dos trabalhadores nas atividades produtivas e no processo de gestão, enquanto coletivo, considera-se que essas experiências são autogestionárias. “A autogestão é a expressão máxima de uma gestão participativa, seja em nível socioetário, mais amplo, ou ao nível restrito de uma gestão de uma organização” (PRATES, 2003, p. 119).

Por autogestão se compreende o empreendimento cuja gestão é exercida democraticamente pelos sujeitos e que se realiza no mercado. Ou seja, “autogestão cooperativa é a gestão da cooperativa pelos próprios associados. É uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, características que marcam todas as cooperativas” (PINHO, 2004, p. 81). Pode-se explicar também, como características de empreendimentos autogestionários: a capacidade de gerar renda na associação; a capacidade e autonomia dos trabalhadores em atribuir valor aos produtos comercializados no mercado; organizar e contabilizar a quantidade de material recolhido e comercializado pelos catadores; a participação dos sujeitos nas tomadas de decisões e na realização das atividades produtivas; a possibilidade de estabelecer igualdade entre os associados; o direito ao voto e a liberdade de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

opinião dos sujeitos na organização e gestão do trabalho; a faculdade de designar atividades e rotatividade do trabalho na associação, entre outros. Nesses empreendimentos autogestionários, as decisões relacionadas com as cooperativas e associação não partem somente da diretoria, mas do coletivo de trabalho. Essas decisões ocorrem normalmente em reuniões, que são realizadas quinzenalmente pelos trabalhadores.

De acordo com a análise realizada mediante os documentos acessados (estatutos, regimentos e reportagens) e com as respostas obtidas pela realização de entrevistas com os trabalhadores (aplicação de formulários), constatou-se, entre outros elementos analisados, que os quatro empreendimentos, 100%, possuem diretoria. Salienta-se que para a realização desta pesquisa foram encontradas algumas limitações. Entre elas, a escassez de material documentado referente ao processo de trabalho desenvolvido pelas cooperativas e pela associação, constatando-se, então, que somente os documentos obrigatórios à fundação e existência das cooperativas e associação existiam.

As diretorias são compostas pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, conselho fiscal (integrado por três membros). Somente a Cooperativa A possui um cargo a mais na direção, o de coordenação de educação – que é ocupado pela professora. A gestão do grupo de trabalhadores, que estão inseridos nas diretorias, possui duração de dois anos consecutivos, quando, então, ocorrem novas eleições para a composição de nova diretoria. Nesse sentido, pode-se mencionar que nas cooperativas e associações existem outros elementos que, possivelmente, são tão importantes quanto o aspecto econômico. Com relação ao processo de participação dos trabalhadores na gestão desses empreendimentos, é fundamental que a cooperativa e/ou associação forneça as seguintes condições aos seus associados: que os sujeitos tenham plenas condições de participação; que as sugestões e críticas apresentadas pelos trabalhadores sejam levadas em consideração pelo coletivo; que exista, por parte da diretoria, uma política de transparência e de esclarecimento de suas ações, perante aos demais membros das cooperativas e/ou associações (RECH, 2000).

Segundo as informações coletadas, os trabalhadores que estão inseridos na Cooperativa A (que não ocupam cargos na diretoria), responderam que nem sempre são ouvidos nas suas opiniões e sugestões, durante as reuniões ou na realização das atividades que envolvem o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

processo de trabalho. Nesse sentido, percebe-se que na Cooperativa A pode estar havendo uma centralização no processo de tomada de decisões. Pode-se referir também, em relação ao processo de gestão, que existem dois grandes grupos difundidos, designados de gestão concentradora e de gestão estratégica/participativa. As experiências que desenvolvem uma gestão concentradora são aquelas “onde o poder decisório cabe à minoria [...] Utiliza-se de ações estratégicas para a consecução de seus fins” (PRATES, 1995, p. 100).

Referente ainda ao processo de gestão concentradora, pode-se explicar que esse tipo de gestão é constituído por: a heterogestão e a co-gestão (FARIA, 1985). A heterogestão é o processo de gestão que vem sendo realizado pelas classes dominantes, de forma centralizadora. Como exemplo disso podem ser referidos os modelos de produção Tayloristas/Fordistas. Já o processo de co-gestão seria a negação da heterogestão; entretanto, não a ultrapassaria, mas dissimularia o processo de gestão participativa. A co-gestão, segundo a análise dos dados coletados, é o processo de gestão que vem sendo exercido na Cooperativa A e, possivelmente, em outros empreendimentos coletivos, pesquisados ou não, neste estudo. Com as respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, porém, constatou-se que as demais experiências populares tentam desenvolver um processo de gestão participativa nos seus processos de trabalho.

Essa gestão que vem se tentando desenvolver nas demais experiências pesquisadas (Associação D, Cooperativa B e Cooperativa C), é designada de gestão estratégica/participativa, e se configura “através de ações estratégicas, descentralizando o poder, ampliando e incentivando os canais de participação. Sua expressão máxima seria a autogestão” (PRATES, 1995, p. 101). Com exceção dos trabalhadores da Cooperativa A – caracterizada neste estudo como um processo de gestão concentradora –, quando os sujeitos entrevistados foram perguntados acerca de seus posicionamentos em relação às propostas apresentadas pelo coletivo e/ou pela diretoria, responderam que normalmente argumentam nas reuniões, quando não concordam com alguma proposta ou decisão. “[...] as relações de trabalho são de natureza bastante distinta: no processo de gestão, por exemplo, não há patrões e empregados, mas apenas sócios-proprietários” (GONH, 2003, p. 15). Percebe-se que essas cooperativas e associação vêm tentando realizar um processo de gestão participativa, que possivelmente pode ser caracterizado como tentativas de processos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

autogestionários. Na Cooperativa A, entretanto, a diretoria detém o poder, centralizando as decisões da cooperativa, mesmo quando os demais cooperados participam das reuniões e assembléias.

Outro aspecto que deve ser ressaltado refere-se ao fato de que, quando os trabalhadores foram perguntados sobre a sua responsabilidade em relação à associação ou cooperativas que integram, 87,09% responderam que se sentem responsáveis pelos empreendimentos coletivos e 12,91% disseram que não se sentem responsáveis. Esses 12,91% dos trabalhadores que responderam que não se sentem responsáveis pelas experiências de que fazem parte, integram a Cooperativa A. Essas falas dos sujeitos são condizentes com essa realidade.

“Tenho que ficar informada, e, é nossa obrigação” (FERNANDA, Cooperativa B);

“Porque todos devemos participar das reuniões” (JOÃO, Associação D);

“Porque faço parte da diretoria” (JOANA, Cooperativa A);

“Porque todos participamos das reuniões” (CARLA, Cooperativa B);

“Porque não pode faltar; é obrigatório” (ELISANGELA, Cooperativa A);

Mediante estes relatos, constata-se que os trabalhadores se sentem responsáveis pelas cooperativas e associação, mesmo quando não ocupam cargos na direção. Das respostas citadas, somente a Elisangela e a Joana responderam que se sentem obrigadas e/ou intimadas a participar das reuniões. A Joana porque faz parte da diretoria e a Elisangela responde que participa porque é obrigatório. Ambas as cooperadas trabalham na Cooperativa A.

Os 87,09% dos trabalhadores que informaram que se sentem responsabilizados pelos empreendimentos, integram os outros três empreendimentos pesquisados. “Pode-se contrapor pobreza socioeconômica e pobreza política. A primeira passa em boa parte pela fome, pela miséria material. A segunda, pela falta de participação” (DEMO, 1999, p. 15). Constata-se, assim, que a participação, se for realizada com criticidade, é fundamental ao processo de gestão num empreendimento coletivo, pois é por meio dessa participação e do comprometimento dos trabalhadores, que esses empreendimentos possivelmente se tornam autogestionários.

Esse processo de participação e de autonomia dos trabalhadores na associação e nas cooperativas, pode ser confirmado por meio dos seguintes elementos: presença nas reuniões, capacidade de opinar, capacidade de indicar colegas e se auto-indicar à diretoria, capacidade dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

associados em estabelecer igualdade nas relações de trabalho, capacidade de eleger seus representantes, entre outros. Ou seja, a participação pode ser verificada também, pelos:

O processo de participação dos trabalhadores, portanto, está envolto ao estabelecimento de relações de igualdade e de democracia entre os cooperados e/ou associados. Já o seu oposto, a não participação dos trabalhadores nas cooperativas e associações – que pode resultar na pobreza política –, pode ser caracterizada pela ausência dos seguintes elementos constitutivos de uma experiência coletiva e popular: dificuldade de auto-sustentação dos empreendimentos (problemas de organização comunitária); falta de consciência crítica e auto-crítica por parte dos trabalhadores; falta de capacidade de reivindicação organizada, de planejamento participativo; dificuldade de auto-sustentação das experiências (conformismo, passividade, paternalismo); falta de “luta” por parte dos sujeitos para a aquisição de instrumentos de trabalho e produção; deficiência no processo de autogestão (capacidade de resolver problemas materiais e políticos) (DEMO, 1999).

Nessa direção, percebe-se que a existência da participação realizada pelos trabalhadores no processo de trabalho deve ocorrer juntamente com outros elementos, caracterizados pelo processo de conscientização, de capacitação (SOUZA, 2004) e de autogestão dos empreendimentos coletivos. No que se refere ao processo de participação dos trabalhadores, nas quatro experiências pesquisadas, verificou-se que, dos 31 sujeitos entrevistados, 100% dos trabalhadores responderam que todos participam dos processos de trabalho. Essa participação dos sujeitos nas atividades produtivas é resultante da clareza que os trabalhadores possuem de que é por meio do trabalho realizado pelo coletivo, que são geradas as suas respectivas rendas. Quando os trabalhadores foram perguntados sobre as suas percepções em relação à diferença entre serem funcionários e serem cooperados e/ou associados em experiências de Economia Popular Solidária, 77,41% dos entrevistados responderam que existe muita diferença (somente 22,58% não responderam ou disseram que não havia diferença). Estes dados podem ser visibilizados pelas seguintes respostas dos trabalhadores:

- “A gente é que é o dono” (SANDRA, Cooperativa B);
- “Aqui a gente trabalha por conta” (VERA, Cooperativa C);
- “A gente mesmo que se manda” (REGINA, Associação D);



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“Trabalha com mais liberdade” (ROSANGELA, Associação D);
“Aqui não tem patrão, é bem melhor do que trabalhar de doméstica, aqui a gente trabalha para a gente” (CARINE, Associação D);
“A gente se torna dona e temos que ter a cabeça no lugar” (DEISE, Cooperativa C).

Com base nestes comentários dos sujeitos, constata-se que os mesmos se sentem responsáveis pelos empreendimentos coletivos, pois se percebem como associados e/ou participantes dos empreendimentos. “Como dono, em primeiro lugar, deve prover os recursos materiais necessários à execução das operações; como usuário em consequência, deve assumir de forma plena suas obrigações para com a cooperativa” (NASCIMENTO, 2000, p. 14).

Nesse sentido, verifica-se que, ao se comprometerem com os empreendimentos populares (77,41%), esses sujeitos possivelmente compreendem a situação de não serem empregados ou funcionários de uma empresa capitalista, pois os trabalhadores percebem que são eles os responsáveis pelo funcionamento e manutenção das experiências nas quais estão inseridos, assim como percebem, também, que são eles que realizam e organizam as suas atividades no trabalho e que os seus rendimentos dependem da quantidade de material que coletam, produzem e comercializam. Quando os trabalhadores foram perguntados acerca do que vêm aprendendo em suas vivências nos empreendimentos coletivos, os mesmos comentaram o seguinte:

“Bastante coisa, não tem chefe e a gente deve cuidar como trata os outros” (VERÔNICA, Cooperativa B);
“Que unidos a gente consegue chegar onde queremos” (FERNANDA, Associação D);
“Muita coisa, entre elas, trabalhar mais unido” (LENI, Cooperativa C);
“Cuidar da natureza” (ELISANDRA, Associação D);
“Trabalhar em grupo, a ter união” (REGINA, Cooperativa C);
“A ter bastante paciência” (FERNANDA, Associação D);
“A ter compromisso, trabalhar em grupo, dividir tarefas” (JOÃO, Associação D).

Com base nessas informações, percebe-se que os trabalhadores ressaltaram os seguintes elementos: que não possuem chefia, e conseqüentemente, se consideram responsáveis pelos empreendimentos; que devem preservar a natureza, pois possuem clareza da importância da preservação do meio ambiente (Associação D); que devem trabalhar unidos, enquanto grupo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Por meio dessas respostas, que a vivência dos trabalhadores nos empreendimentos populares está relacionada com os seus processos de aprendizagem. “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa” (FREIRE, 1989, p. 66). Possivelmente esses elementos referidos geram uma transformação na vida dos trabalhadores e sobre suas concepções de mundo; os mesmos explanaram que, apesar de suas vivências anteriores, estão aprendendo com suas inserções nas cooperativas e associação.

Como esses sujeitos trabalham em grupo, suas relações não são lineares e devem estar permeadas de conflitos (apesar de não terem explanado essa realidade nas suas respostas, com exceção da Cooperativa A). São esses conflitos, no entanto, que possivelmente fazem com que os trabalhadores se (re)organizem para dar continuidade às atividades e necessidades que requerem os empreendimentos. Quando os trabalhadores foram perguntados acerca de reflexões sobre o Cooperativismo, os mesmos responderam que, às vezes, nas reuniões, falam sobre este assunto. A maioria dos trabalhadores inseridos nos empreendimentos coletivos tem pouca e/ou muitas vezes, nenhuma formação sobre Cooperativismo, Associativismo ou Economia Popular Solidária (CADONÁ, 2003).

Percebe-se novamente uma contradição nesses empreendimentos pesquisados, pois deveria existir um processo de reflexão, discussão e formação contínua acerca do significado do Cooperativismo, bem como da Economia Popular Solidária. Esse processo de reflexão sobre Cooperativismo e Economia Popular Solidária, assim como sobre o papel que essas experiências e que esses trabalhadores ocupam perante as relações societárias, poderia ser desenvolvido nas reuniões ou durante a realização das demais atividades que envolvem o processo de trabalho.

Além do esclarecimento dos trabalhadores, em relação à temática sobre Cooperativismo e sobre Economia Popular Solidária, percebe-se que existem outros desafios que estão postos aos empreendimentos cooperativistas, entre eles: desenvolver a capacidade dos trabalhadores em sistematizar o trabalho, substituindo as estruturas hierárquicas, por decisões democráticas, em alguns empreendimentos; aplicar corretamente os investimentos; qualificar permanentemente os trabalhadores; decidir sobre a reaplicação dos excedentes (RECH, 2000).

No que se refere ainda aos empreendimentos autogestionários, sabe-se que os mesmos sofrem forte pressão do sistema capitalista (PRATES, 1995), pois, muitas vezes, devem realizar



» **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

adequações que são efetivadas por esses empreendimentos, devido ao mercado e suas exigências competitivas. Contata-se que, para que essas experiências coletivas possam ser mantidas e viabilizadas no mercado, é imprescindível o processo de comprometimento e conscientização dos trabalhadores, bem como o apoio e o incentivo de políticas sociais públicas, e de profissionais que possam contribuir com esses empreendimentos relacionados com a geração de trabalho e renda, entre eles, o assistente social.

Tendo como intencionalidade dar maior visibilidade aos dados analisados e apresentados nesta dissertação, referentes à relação entre as 4 experiências pesquisadas e os Princípios do Cooperativismo, será apresentado um quadro que sintetiza a realidade pesquisada, demonstrando se os Princípios do Cooperativismo ocorrem ou não nos empreendimentos coletivos.

QUADRO Nº 1

Sistematização dos Princípios do Cooperativismo nas Experiências Pesquisadas

PRINCÍPIOS	Associação D	Cooperativa A	Cooperativa C	Cooperativa B
Adesão Livre	Não Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
Gestão Democrática	Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
Taxa Limitada de Juros ao Capital	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre
Distribuição de Sobras Equivalentes	Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
Neutralidade Social e Política	Não Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
Ativa Cooperação entre as Cooperativas	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre
Educação, Capacitação e Informação	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre

Fonte: Autoras



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Com base nas informações contidas neste quadro síntese, constata-se que: 50% das experiências pesquisadas permitem a livre entrada e saída dos trabalhadores, e 50% somente permitem a saída, pois a inserção de novos integrantes nos processos de trabalho, não estava sendo permitida por estes empreendimentos; 75% das experiências desenvolvem relações democráticas e igualitárias entre os trabalhadores, sendo que os sujeitos participam e se sentem responsáveis pelas cooperativas e associação de trabalho, possibilitando que estes empreendimentos tornem-se autogestionários (com exceção da Cooperativa A que, segundo os dados obtidos, realiza uma gestão centralizadora); 100% das cooperativas e associação não cobram juros dos novos associados, somente uma taxa de inserção (pró-labore); 75% das experiências partilham os rendimentos obtidos pelos empreendimentos, com igualdade entre os associados e/ou cooperados (somente a Cooperativa A, não mantém este tipo de partilha, pois a trabalhadora que possui maior qualificação profissional, é a cooperada que recebe o maior salário); nos demais empreendimentos somente os trabalhadores que estão na presidência das experiências, recebem um rendimento um pouco mais elevado, devido à responsabilidade assumida e, também, as 4 experiências coletivas reinvestem nas cooperativas e associação, seja para pagamentos de contas, de dívidas, compra de material, compra de equipamentos, entre outros; 50% das experiências não permitem a inserção de novos trabalhadores, e 50% permitem a inserção de novos cooperados; por meio dos dados obtidos, com exceção da Cooperativa A que centraliza as decisões, não se possui elementos que possam referenciar a discriminação entre os trabalhadores, pelo contrário, pelas respostas dos sujeitos, observa-se a solidariedade e a cooperação nas relações que envolvem os processos de trabalho destes empreendimentos; 100% das experiências não participam das instâncias representativas da Economia Popular Solidária (como por exemplo, os fóruns regionais e estaduais, as feiras de Economia Solidária e nem do conselho que está em fase de implementação juntamente com a política de Economia Solidária); em 100% das cooperativas e associações não existe a constituição de um fundo que vise a formação e educação contínua dos trabalhadores.

Por meio destas informações pode-se referir que os empreendimentos coletivos necessitam de apoio de órgãos públicos que os assessoram, tendo como proposição o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desenvolvimento dos processos sociais desenvolvidos nas cooperativas e associações de trabalho, para que os empreendimentos se desenvolvam de forma completa – em relação aos Princípios do Cooperativismo –, dentro da perspectiva da Economia Popular Solidária. Para isso, necessita-se da constituição de um fundo nas cooperativas que seja destinado à qualificação dos trabalhadores. Faz-se necessário também a participação dos sujeitos que estão inseridos nestes empreendimentos nas instâncias representativas. A participação das experiências coletivas nas instâncias de Economia Solidária proporcionará que estes empreendimentos não se reproduzam de forma isolada, mas interligados, criando força social, inclusive para reivindicar os direitos e auxílios que a política de Economia Solidária se propõe a realizar.

Referente à inserção de novos trabalhadores na Associação D, deveria ocorrer o apoio da prefeitura, para a promoção de uma campanha que incentivasse a coleta seletiva do lixo; isto evitaria a concorrência dos atravessadores, e possibilitaria que a Associação D permitisse a entrada de novos associados. Também se enfatiza que deveria ser suscitado um processo de reflexão acerca dos Princípios do Cooperativismo nestes empreendimentos, pois esta reflexão proporcionaria um processo de conscientização acerca da realidade e da diferenciação dos processos de trabalho desenvolvidos por estes sujeitos equiparados aos demais empreendimentos existentes no sistema capitalista. Com esse processo de conscientização popular, seria incitado o fortalecimento das experiências coletivas, assim como daria visibilidade aos trabalhadores, da importância política, social, cultural, ideológica e econômica que representam as suas vivências e as experiências a que estão integrados.

Na medida em que estes trabalhadores desenvolvem atividades nos seus processos de trabalho respaldados em elementos que se contrapõem à lógica e finalidade do capitalismo, estas experiências, possivelmente, passam a representar também – além de gerar trabalho e renda –, um espaço político de contestação e resistência ao capitalismo. Novamente se refere que neste estudo não se compreende as experiências de Economia Popular Solidária como uma forma de transcender ou substituir o capitalismo; referencia-se, entretanto, que estes empreendimentos podem representar espaços de resistência e de contestação da classe trabalhadora a este modo de produção. Apesar de nenhuma das cooperativas e associação pesquisadas estarem ocorrendo/funcionando de acordo com a efetivação dos sete Princípios do Cooperativismo,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ressalta-se que são empreendimentos que tentam desenvolver os seus processos de trabalho e as suas gestões de forma autogestionária, democrática e solidária entre os sujeitos, com exceção da Cooperativa A. Mesmo na Cooperativa C, que pode estar sendo utilizada como uma forma de terceirização do trabalho de uma empresa privada, percebe-se que existe uma lógica nas relações sociais e nos processos de trabalho que se diferencia dos demais empreendimentos inclusos no sistema capitalista.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar o processo de trabalho que envolve a gestão coletiva que vem sendo desenvolvida em experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo. A reestruturação do capital alcançou um nível tão elevado de acumulação nos seus processos de produção e gestão, a ponto de excluir, acirradamente, uma massa de sujeitos do mercado formal de trabalho – especialmente os menos qualificados. Na região pesquisa está realidade também se faz presente. Apesar do aspecto contraditório que também pode estar envolvendo as experiências coletivas de geração de trabalho e renda – que podem ser considerados como formas de atenuar os conflitos de classe –, não se pode deixar de apontar o fato de estes empreendimentos coletivos estarem contribuindo para que os trabalhadores e seus familiares saiam de um estágio de extrema exclusão social, mesmo que ainda não da forma “ideal” – algo que se diferencia da funcionalidade do capitalismo – ou atingindo a totalidade dos empreendimentos, bem como as rendas obtidas pelos mesmos.

Faz-se importante ressaltar esta realidade devido ao fato de que estes empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda estarem se constituindo como uma das possibilidades de contribuir também com o desenvolvimento local e regional onde estão localizados. Pois na medida em que os sujeitos se inserem nas experiências de Economia Popular Solidária, passam a gerar renda de forma que saiam de uma situação de extrema exclusão social. Existem, porém, outros elementos constitutivos e peculiares que merecem ressalva nessas experiências coletivas. Com exceção da Cooperativa A, cooperativa que difere de vários Princípios do Cooperativismo, as demais experiências pesquisadas – segundo as respostas dos trabalhadores obtidas por meio de entrevistas –, se orientam pelos princípios de igualdade, solidariedade, democracia entre os



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sujeitos. Na Cooperativa A ocorre um processo de dependência e de centralização de poder, ou seja, existe uma gestão centralizadora e os trabalhadores não desenvolvem autonomia no processo de trabalho que desenvolvem, bem como não participam das decisões relativas ao empreendimento.

As atividades que devem ser desempenhadas e perante as decisões cabíveis aos cooperados e/ou associados nos processos de trabalho; os quatro empreendimentos pesquisados possuem diretoria, com durabilidade da gestão de dois anos (eleita pelo coletivo). Salienta-se também que, 77,41% dos trabalhadores entrevistados responderam que percebem a diferença entre serem empregados ou cooperados/associados nesses empreendimentos coletivos. Esse processo de conscientização em relação as suas inserções nas cooperativas e associação – segundo suas respostas –, lhes proporciona o sentimento de responsabilidade pelas experiências em que estão inseridos. Pode-se referir, assim, que nessas experiências coletivas existem outras características que também são importantes, além do aspecto econômico, não se constituindo então, apenas numa possibilidade de gerar trabalho e renda aos trabalhadores.

Constata-se que nos empreendimentos pesquisados existe uma lógica diferenciada em relação a grande maioria dos empreendimentos inseridos no sistema capitalista (com exceção da Cooperativa A), pois a solidariedade, conscientização, igualdade, participação e tentativa de autogestão, se fazem presentes no processo de trabalho desenvolvidos pelos trabalhadores. Enfatiza-se, entretanto, a importância de políticas sociais públicas, que forneçam recursos financeiros e profissionais para assessorar e qualificar esses sujeitos, bem como os empreendimentos em que estão inclusos. Este apoio governamental, contudo, deve ter como perspectiva o fortalecimento destes empreendimentos, e não a dependência e/ou terceirização dos serviços públicos – direitos dos cidadãos.

As experiências de Economia Popular Solidária objetivam gerar trabalho e renda aos trabalhadores, mas também, pretendem organizar de forma diferenciada os seus processos de trabalho, tendo como base a solidariedade e a cooperação entre os sujeitos, desenvolvendo sua autonomia. Neste sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores nestas experiências (entre meio salário mínimo a dois salários mínimos), pode-se constatar que são muito significativas a estes sujeitos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Percebe-se então que, primeiramente, o que faz com que os trabalhadores se insiram nesses empreendimentos coletivos é a possibilidade de gerar trabalho e renda. Estes dados são ilustrativos de que os sujeitos que integram os empreendimentos coletivos no Vale do Rio Pardo são trabalhadores com baixa qualificação profissional e, se não estivessem incluídos nessas cooperativas e associação, possivelmente estariam em situação de vulnerabilidade social. Pode-se considerar, também, que essas experiências cooperativistas e associativistas representem, possivelmente, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema capitalista. É importante que se faça referência a essa realidade, devido a ruptura que essas experiências coletivas, populares e solidárias, introduzem nas relações que envolvem os seus processos de trabalho, respaldados em princípios de solidariedade, democracia, participação e autogestão dos empreendimentos, diferenciando-se, assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista – de acumulação e centralização de capital.

Salienta-se também, que não se enquadram nesta realidade as cooperativas e associações vêm sendo utilizadas como formas de publicização ou terceirização de serviços públicos e de privados. Esta realidade pode estar ocorrendo com os trabalhadores da cooperativa B e da cooperativa C. Mas, constata-se uma diferença entre essas duas experiências, pois, ao contrário da cooperativa B, os trabalhadores da cooperativa C são conscientes de sua dependência – que foge à finalidade dessas experiências. Por fim destaca-se a importância e a relevância deste estudo, pois, faz-se necessária a pesquisas e bibliografias referentes a Economia Popular Solidária na região do Vale do Rio Pardo, pois estas experiências estão se constituindo como uma das alternativas existentes aos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CADONÁ, Marco André. *Economia Solidária: experiências populares de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo*. Departamento de Ciências Humanas. Santa Cruz do Sul, 2003. (Relatório de Pesquisa – UNISC).

DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo).

E19 *Economia Solidária em Desenvolvimento*. Brasília: TEM; SENAES, 2003.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).
- FARIA, José Henrique de. *Relações de poder e formas de gestão*. 2. ed. Curitiba: Criar, 1985.
- GOERCK, Caroline. *Processos de trabalho na Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, 2006.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.
- NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Cooperativismo como uma Alternativa de Mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- PRATES, Jane Cruz. *Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. (Dissertação de Mestrado).
- _____. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. (Tese de Doutorado).
- RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SINGER, Paul. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J (Orgs.). *Economia Socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-224.